

A geopolítica do dólar



Por Roberto Regensteiner*

A volatilidade nas cotações entre moedas e preços das mercadorias vai aumentar impactando os mercados financeiros, provocando outras crises cambiais, grandes deslocamentos de valores econômicos, aumento na agressividade comercial e nos atritos políticos e militares

Moedas Nacionais como instrumentos da disputa econômica

“Transformando o dólar em arma” foi o título de um [artigo](#) de Patrick Lawrence,[\[i\]](#) que reportou o que ocorreu no encontro do G20, em Osaka, em junho de 2019. Naquele âmbito anunciaram-se duas medidas práticas no sentido da desdolarização do comércio internacional, que caracterizaram a mais incisiva contestação ao domínio do dólar sobre o comércio internacional:

Alemanha, França e Reino Unido anunciaram que o Instex[\[ii\]](#) estaria operacional. Trata-se um empreendimento conjunto dos três países através do qual se poderia comercializar com o Irã à salvo das sanções dos EUA e sem a mediação do dólar[\[iii\]](#).

No mesmo evento, o núcleo duro dos BRICS formado por Rússia, China e Índia anunciou um novo Sistema Internacional de Pagamentos em que o dólar e instituições bancárias e operadoras de cartões de crédito estadunidenses que integram o SWIFT ficam de fora[\[iv\]](#). Este novo sistema de pagamentos dará suporte ao comércio dos BRICS e de terceiros países.

Estes

anúncios indicam situações em que a hegemonia monetária estadunidense, estabelecida ao final da Segunda Guerra, está sendo crescentemente contestada no plano internacional, na tentativa de tornar os EUA um ator relativamente menos poderoso. Os EUA vêm reagindo a isto com o uso de recursos extra-econômicos aumentando a instabilidade e a imprevisibilidade. As disputas econômicas, que antes pareciam estar contidas e serem resolvidas em instituições multilaterais abrangentes, cada vez mais extrapolam os limites da diplomacia e fazem aumentar os riscos de que sejam transformadas em crises abertas de proporções cada vez maiores.

A crise que se aproxima

Por

isto convém dar ouvidos ao que afirma Nouriel Roubini no artigo “Anatomia da Recessão que se aproxima”[\[v\]](#), publicado em agosto de 2019. Trata-se de um autor digno de atenção pelos acertos que teve na previsão da crise financeira do sub-prime (especulação com os títulos das hipotecas residenciais estadunidenses, 2007-8). Ele também é coautor de um livro sobre crises econômicas e o futuro das finanças publicado depois[\[vi\]](#).

De

origem turca, educado na Itália e nos EUA, onde reside e leciona, circula internacionalmente como palestrante em fóruns frequentados por mídias, academias, altos escalões das burocracias, governamentais, de órgãos multinacionais e em entrevistas para meios financeiros (Bloomberg, Financial Times, Project-Syndicate, tuiteiro frequente).

No referido artigo Roubini tenta dissecar a crise antes que exploda. Alerta que os mecanismos de política econômica (concentrados em *Quantitative Easing* e redução das taxas de juro), hoje dominantes, são remédios de crises passadas, e inócuos para os problemas futuros que se avizinham. Ali ele identifica como possíveis detonadores da próxima recessão global, que poderão reduzir a demanda agregada: a escalada da guerra tecnológica dos EUA contra a China (inteligência artificial, robótica, 5G, etc); as guerras comerciais e cambiais e o suprimento de petróleo. Com estas tintas pinta um cenário de “stagflation” (estagnação com inflação, termo cunhado nos anos 1970) para o qual serão necessários novos medicamentos, como a política fiscal, sobre a qual não se aprofunda. Como para bom economista meio conceito basta, deduz-se que ele se refira à necessidade de uma estrutura internacional de impostos e gastos para cujas propostas o *establishment* tem se mostrado refratário[\[vii\]](#).

Em suma, Roubini é

um estudioso com espírito prático: consultor, professor, interlocutor de organismos oficiais e de corporações, um intelectual orgânico de uma fração do capitalismo mundial que defende a saúde do sistema financeiro. Foi dos poucos que advertiu sobre a crise do sub-prime. Agora avisa que outra crise se aproxima.

Acontecimentos recentes

Destacam-se pelo menos dois eventos geopolíticos entre o fim de 2019 e o início de 2020 diretamente relacionados aos assuntos aqui tratados:

(a) O acordo (Fase 1) EUA-China celebrado na Casa Branca, em 13 de dezembro de 2019 foi apresentado pelo presidente Trump como grande trunfo para as eleições presidenciais de novembro de 2020. Isto se deu no mesmo momento em que, contra ele se iniciava um processo de impeachment pelo Congresso e representou notável inflexão depois de semestres de uma retórica e uma política agressiva contra a China. Por isto o acordo se assemelha a uma trégua que produziu uma calmaria que deverá se estender até as eleições. Depois disto os encaminhamentos são imprevisíveis; e

(b) O assassinato do governante iraniano, General Suleimani, em 3 de janeiro de 2020, a mando de Trump, extrapolando todos os limites da diplomacia em tempos de paz. Para além da retórica anti-terrorista empregada por Trump, está a tentativa de retomar um protagonismo decisivo nas relações com o Iraque que o Instex estava a desmoralizar [\[viii\]](#).

Perspectivas imediatas

A eleição de Trump como presidente dos EUA, a partir de 2017 deu início a um período em que as controvérsias que, até então, ficavam mais ou menos restritas à diplomacia, são agora tuitadas e envolvem um número cada vez maior de pessoas. Tudo isto contribui para um ambiente em que cresce a agressividade e se amplia o uso de recursos que extrapolam o campo da legítima concorrência econômica e da resolução diplomática dos conflitos.

Entre os temas tuitados encontra-se a pressão sistemática para a redução dos juros praticados pelo FED por meio dos quais se pensa diminuir a cotação do dólar, favorecendo as exportações e o nível de emprego, acerbamente criticados por Roubini.

Há uma exacerbação da política e da legislação dos EUA que obriga empresas que tenham sede ou filiais nos EUA a se abster de vender para países ou instituições que sejam objeto de restrições por parte do governo daquele país, como é o caso do Irã. Quem desatender aos ditames da política estabelecida sofrerá sanções, como impedimentos para negociar no grande mercado norte-americano de mercadorias, capitais e serviços portuários, poderá ter recursos financeiros congelados e assim por diante.

O apelo a este

tipo de recurso, cujo uso é antigo de décadas, vem se intensificando. Ele foi aplicado contra a Huawei – empresa chinesa na vanguarda da tecnologia das telecomunicações sem fio (5G). Em dezembro de 2018, o Canadá prendeu a diretora financeira (e filha de seu presidente e maior acionista) da empresa, a pedido dos EUA. O arsenal e o campo de atuação são vastos, agora acrescido do uso de mísseis contra governantes inimigos gerando um clima que causa apreensão.

O que ocorrerá nos

próximos meses será decorrência, por um lado, de como soprarão os ventos da campanha presidencial em que Trump necessita trunfos para se defender das acusações que levaram ao processo de impeachment e acenar ao eleitorado com promessas e realizações. Pode haver surpresas como o míssil contra Suleimani.

De outro lado,

Trump não está sozinho no tabuleiro. Há os limites de uma realidade globalizada e interdependente, como ilustra o próprio caso da Huawei. Depois de tentar boicotar esta empresa, o governo dos EUA precisou recuar a pedido de empresas dos EUA e de outros aliados, seja porque a Huawei é freguesa importante (de Google, entre outras grandes), seja porque se tornou fornecedora estratégica de operadoras de sistemas de telefonia.

Acordos de Bretton Woods

Os anúncios feitos

no G-20 se inserem numa longa cadeia de eventos econômico-financeiros iniciados antes mesmo do fim da Segunda Guerra, com o estabelecimento dos Acordos de Bretton Woods (ABWs), em 1944.

Eles foram

ancorados na garantia oferecida pelos EUA de que converteriam 35 USD por onça (31,1034768 gramas) de ouro. Esta foi a cláusula mediante a qual os demais signatários aceitaram o papel central da moeda estadunidense na economia mundial e com relação a qual concordaram com regras de coordenação para manter as variações na cotação de suas respectivas moedas em relação ao dólar dentro de certas margens, usando práticas pré-definidas.

Acreditava-se que,

assim, se poderiam evitar as crises cambiais: as espirais de desvalorização nas taxas de câmbio, controle de reservas e um cardápio de medidas protecionistas [\[ix\]](#) que se apresentaram no período prévio à Segunda Guerra

Mundial, quando se deu grande intensificação dos conflitos comerciais e econômicos.

Os ABWs instituíam

uma nova arquitetura para o sistema financeiro internacional que incluiu a criação de novas instituições econômicas (FMI, Banco Mundial, como instrumentos

de crédito e financiamento) por meio da qual os EUA, a nova potência mundial, exerceu sua hegemonia. A URSS declinou de assinar os ABWs alegando que tais instituições seriam filiais de Wall Street[x].

No transcorrer das décadas os EUA abusaram do direito de imprimir dólares para financiar seus gastos e investimentos. Estes abusos originaram pressões cada vez mais intensas dos parceiros para a realização da troca de dólares por ouro estabelecida nos ABWs, configurando uma situação insustentável pois não haveria ouro suficiente para fazer face às cobranças[xi].

Em 15 de agosto de 1971, o presidente Nixon deu por revogada a cláusula de paridade do dólar que passou a flutuar em relação ao ouro. Beneficiou assim, economicamente, os EUA com receitas de senhoriagem (diferença do valor de face do papel moeda e de seu custo de produção), lucros inflacionários e de outras maneiras, causando simetricamente prejuízos a terceiros[xii] que a subscreveram. Ao tomar esta medida, Nixon colocou fogo no rastilho de uma bomba de tempo cuja carga destrutiva foi sendo potencializada aos poucos pela evolução dos acontecimentos provocando instabilidade nos mercados e fazendo crescer a importância do FMI e de outros organismos internacionais em cujo interior os interesses contraditórios[xiii] vão se evidenciando.

Criado com a missão explícita de evitar que os ciclos viciosos das espirais do pré-guerra voltassem a se repetir, o FMI passou a atuar cada vez mais desenvolvamente, fazendo-se presente nos países-problemas com recomendações aos que não se “comportavam” conforme as boas teorias econômicas, auditando medidas corretivas, sinalizando aos demais credores a atitude que deveriam tomar ou quais consequências sofreriam. Pouco ou nada se discutiu abertamente sobre o grande prejuízo causado por Nixon à comunidade internacional.

O euro, os BRICS e outras reações

Este pano de fundo contextualiza os esforços de adaptação de diversos países. Alguns renunciaram a sua autonomia monetária submetendo-se ao dólar, como Equador e Panamá[xiv] que, dentre outros, adotaram-no como moeda nacional ou fixaram nele a cotação de suas moedas.

Países europeus perseguiram uma estratégia diferente. Através de uma obra-prima de engenharia institucional, ao longo de décadas e em várias fases, criaram o euro, a moeda europeia, que a partir de 2002 passou a circular em número cada vez maior de países e, em 20 anos, passou a ser considerada internacionalmente uma das moedas de reserva pelos bancos centrais para efeito de liquidação das transações internacionais, uma dentre poucas a gozar deste privilégio.

Outra forma recorrente de reação foram as trocas multilaterais diretas entre países, sem a

interveniência do dólar e com resultados variados ao longo do tempo como o acima mencionado Instex, entre outros experimentos^[xv].

Também a constituição dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia e China ao qual depois se agregou o S de South África) em 2009 pode ser entendida em grande parte pela ótica da defesa de interesses econômicos específicos contrapostos ao dólar e à hegemonia econômica dos EUA.

Desde o início desta união seus participantes afirmavam a necessidade de uma nova moeda global e se propunham a cotar e transacionar mercadorias e investimentos sem a mediação do dólar. Em 2014 criaram um banco de investimentos (NDB) para financiar projetos e administrar um fundo de reserva para contingências. Da mesma forma. Em diferentes momentos levantou-se esta mesma possibilidade de exclusão do dólar no âmbito do Mercosul sem que isto viesse a se realizar.

Observações finais

As ações de fortalecimento do FMI, do Banco Mundial e o revigoramento do papel do BIS (Bank for International Settlements, em Basileia, Suíça, um fórum dos bancos centrais que busca normatizar e coordenar ações) se constituíram, por longo período, em amortecedores dos problemas econômicos internacionais.

Entretanto, as mesmas “forças do livre mercado” que levaram às crises cambiais do período de entre-guerras voltam agora a se manifestar e a provocar uma variedade de respostas aos “desequilíbrios” econômicos internacionais.

Tudo somado o fato é que desde 1944 o dólar se estabeleceu como moeda dominante mediante os Acordos de BW. Em 1971, o representante máximo dos EUA, chutou oficialmente escada da paridade. Daí em diante as crises cambiais espalharam-se às dezenas, a ponto de se tornar objeto de mensuração estatística, supervisionadas pelo FMI, um organismo internacional especializado no assunto, mediador de interesses conflitantes dos possuidores de dinheiro em que o equilíbrio entre o poder de voto e o poder do dinheiro enviesa em favor do último. Criado para prevenir o problema, não pode evitar que a doença reapareça, revelando-se, impotente para resolver o problema prescrevendo remédios que agravam a enfermidade.

Os processos econômicos que no período de entre-guerras vieram à tona como espiral de crises cambiais que expressavam assimetrias no comércio internacional e se desdobraram em agudas disputas comerciais, volta agora a se manifestar. Não se trata de uma repetição *ipsis literis*, mas analogamente ocorre uma extraordinária exacerbação de conflitos (entre nações e classes sociais) pela apropriação dos valores econômicos.

O resultado líquido destes processos resulta em que as medidas defensivas adotadas individualmente pelos países vão se espalhando em busca de proteção contra a extração de valor econômico perpetrado por um sistema financeiro ancorado no

dólar.

O mercado vai ficando saturado de dólar sobrando que procura aplicações rentáveis. A queda da taxa de juros do Federal Reserve realizada em 31 de julho[xvi] opera no mesmo sentido de fazer sobrar dólares. O Banco Central Europeu respondeu – com perdão do trocadilho – na mesma moeda[xvii] um mês depois. Trump decretou aumento nas tarifas de importação de produtos chineses que a China neutralizou em parte com a desvalorização do yuan.

A tendência ao

aumento nas cotações do velho ouro, decorrentes do aumento dos volumes de compra, está relacionada a estas questões. A volatilidade nas cotações entre moedas e preços das mercadorias vai aumentar impactando os mercados financeiros, provocando outras crises cambiais, grandes deslocamentos de valores econômicos, aumento na agressividade comercial e nos atritos políticos e militares.

***Roberto**

Regensteiner é professor e consultor em Gestão & Tecnologia de Informação.**Not**

[i]<https://consortiumnews.com/2019/07/09/patrick-lawrence-weaponizing-the-dollar/>.

[ii] INSTEX

(Instrument in Support of Trade Exchanges): Desde 2015 as relações do mundo ocidental com o Irã vinham sendo governadas por um Plano de Ação Conjunta Global (JCPOA, na sigla em inglês, de Joint Comprehensive Plan of Action, em que participaram o Alemanha, China, Estados Unidos, França, Reino Unido, Rússia) por meio do qual a Antiga Pérsia aceitou submeter-se a medidas de controle do desenvolvimento de sua tecnologia nuclear mediante uma normalização de suas relações comerciais.

Em maio de 2018 os EUA se retiraram do acordo e passaram a pressionar os demais subscritores a bloquear comercialmente o país.

Além da capacidade de produção do urânio necessário à fabricação de artefatos nucleares, o Iran é um dos países que se encontra de frente para o Estreito de Hormuz, porta de entrada e saída do Golfo Pérsico, uma espécie de veia jugular pela qual transita mais de 20% do petróleo cru internacional do qual o Iran é também um dos maiores exportadores.

Desde antes do bloqueio econômico a Cuba (1959), é um fato histórico que se repete, que os EUA, no exercício de seu poder, sancionam economicamente pessoas, empresas e países que descumprem suas diretivas políticas governamentais mediante o uso de sanções que vão do fechamento de fronteiras e portos à imposição de multas e o sequestro de fundos bancários .

O mencionado artigo de Lawrence afirma que

o INSTEX consiste “no mais importante desafio até hoje feito à hegemonia do dólar como meio de troca e reserva de valor”.

[iii]<https://www.strategic-culture.org/news/2019/07/04/goodbye-dollar-it-was-nice-knowing-you/>

[iv] “BRICS countries, excluding for South Africa, have their own domestic national payment systems – China has UnionPay, India developed RuPay and Brazil has ELO. In Russia, it is the Mir payment system, launched by the Central Bank of Russia in 2015, a year after Western sanctions against the country were introduced.” <https://www.rt.com/business/452737-brics-own-payment-system/>

[v] The Anatomy of the Coming Recession, Aug 22, 2019, <https://www.project-syndicate.org/commentary/global-recession-us-china-trade-war-by-nouriel-roubini-2019-08>. Em português aqui: <https://outraspalavras.net/mercadovsdemocracia/anatomia-da-proxima-recessao-global/>.

[vi] Roubini and Mihm, “Crisis economics: a crash course in the future of finance”. Penguin Books. 2010

[vii] V.p.ex. a proposta da taxa Tobin (<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia/A-atribulada-e-paradoxal-trajetoria-da-taxa-Tobin/7/18418>) que paira no ar desde 1972.

[viii] “How Iran will respond to the American assassination of Maj. Gen. Qassim Suleimani remains a matter of speculation, but one outcome seems almost certain: the end of Europe’s long effort to keep the 2015 Iranian nuclear deal alive” in “Suleimani is Gone, and the Iran Nuclear Deal May Be Next” <https://www.nytimes.com/2020/01/03/world/europe/soleimani-iran-nuclear.html>

[ix] Eichengreen, B., Sachs, J.. Exchange Rates and Economic Recovery in the 1930s. The Journal of Economic History, Vol. 45, No. 4 (Dec., 1985), pp. 925-946. p.928.

[x] “Soviet representatives attended the conference but later declined to ratify the final agreements, charging that the institutions they had created were “branches of Wall Street”.” https://en.wikipedia.org/wiki/Bretton_Woods_system#Dollar_shortages_and_the_Marshall_Plan

[xi] Pelo menos desde 1965, De Gaulle, o presidente francês, vocalizava publicamente a questão (v. <https://www.youtube.com/watch?v=W5Qjeun0NPo>) e trocava seus dólares pelo ouro de Fort Knox.

[xii] Hoje a cotação dólar ouro supera os US\$ 1.400, ou seja uma mudança de mais de 4000% nesta relação.

[xiii] Kaminsky, G., Reinhart, C.. The twin crisis: the causes of banking and balance-of-payments problems. p.427. A tabela 1 sintetiza um estudo com 76 crises cambiais em 26 países no período 1970-1995. Entre 1970 e 1979 há uma

média de 2,6 crises anuais que se eleva para 3,13 crises no período subsequente 1980-95.

[xiv] “Mesmo que oficialmente

Equador e Panamá ainda tenham moedas próprias (sucre e balboa panamenha), ambas as economias fazem uso e são balizadas pelo dólar norte-americano. Os motivos que levaram os países a optar pelo uso do dinheiro estrangeiro em vez da moeda nacional são diferentes. O Equador devido à crise, inflação e desvalorização do sucre na década de 1990; já o Panamá pela ampla movimentação de moeda estrangeira em sua economia. Mas o objetivo é o mesmo: conter pressões inflacionárias... Outras nações menores também adotam o dólar como moeda principal: El Salvador, Timor Leste, Porto Rico – que é território norte-americano –, Ilhas Virgens Britânicas, Micronésia, Turcas e Caicos e Zimbábue.” in

<https://www.terra.com.br/economia/operacoes-cambiais/operacoes-empresariais/contra-inflacao-equador-e-panama-abrem-mao-de-moeda-propria,a260701c4014e310VgnVCM20000099cceb0aRCRD.html>

[xv] Como p.ex., no

caso do Brasil, as polonetas <https://pt.wikipedia.org/wiki/Polonetas>

[xvi]

P . e x . :

<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,federal-reserve-corta-taxa-basica-de-juros-nos-estados-unidos,70002949364>

[xvii]

<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2019/09/12/banco-central-europeu-bce-medidas-estimulo-economia-inflacao-baixa-juros.htm>